

JORNAL DO SERVIDOR

ANDRE SOUZA
JOÃO COCKELL

Fabio Rodrigues-Pozeborn/Agência Brasil



Dario Durigan: "Não haverá reajuste acima da inflação"

Servidores criticam veto a reajuste acima da inflação

A declaração do ministro da Fazenda, Dario Durigan, de que não haverá reajuste salarial acima da inflação para os servidores federais em 2027 gerou reação entre entidades representativas do funcionalismo. Para os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, a medida ignora anos de perdas inflacionárias acumuladas e a ausência de recomposição integral dos salários. As entidades defendem que a valorização das carreiras é essencial para garantir a qualidade dos serviços públicos e cobram do Supremo Tribunal Federal o envio ao Congresso da proposta de reestruturação das carreiras do Poder Judiciário da União, considerada fundamental para corrigir distorções e fortalecer a prestação jurisdicional.

Protocolo Antirracista

A deputada federal Laura Carneiro (PSD/RJ) apresentou projeto de lei na Câmara que cria o Protocolo Antirracista obrigatório em escolas e universidades públicas e privadas. A proposta estabelece medidas de prevenção, acolhimento às vítimas, apuração de denúncias e responsabilização em casos de racismo e discriminação racial. O texto prevê proteção contra retaliações, capacitação anual e respostas rápidas e seguras no ambiente educacional.

Ilustração / Imagem gerada por IA



Remuneração é de R\$ 5.565,00, podendo ser proporcional

Cadastro de Reserva para professores

Terminam nesta quinta-feira (18) as inscrições para o processo seletivo simplificado da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) destinado à formação de cadastro reserva para professores da rede estadual. Os profissionais selecionados poderão atuar no Ensino Fundamental e Médio durante o ano letivo de 2027. A remuneração pode chegar a R\$ 5.565 para jornada de 40 horas semanais. As inscrições são realizadas pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e a seleção contará com prova objetiva, videoaula e avaliação de títulos.

Nossa Casa, Nossas Memórias

A Câmara Legislativa lançou o livro de memórias Nossa Casa, Nossas Histórias, em homenagem aos servidores aposentados. A obra foi produzida pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), com apoio da Diretoria de Comunicação Social (Dicom), e reúne relatos de ex-servidores que participaram da construção do Parlamento Distrital e ajudam a contar a história dos 35 anos da instituição.

Greve I

A greve dos servidores municipais de Taubaté, que chegou a sua terceira semana, irá continuar. Os servidores decidiram manter a greve após assembleia na Avenida do Povo. A paralisação segue causando impactos nos serviços públicos do município. Haverá uma nova rodada de negociações com o Sindicato.

Greve II

Segundo a Prefeitura, a proposta prevê reajuste salarial de 2,5%, com aplicação a partir de maio de 2027, além do aumento do vale-alimentação de R\$ 502,50 para R\$ 844,50 a partir de setembro deste ano. Os servidores públicos, no entanto, seguem reivindicando uma recomposição do salário de 9,43%.

DesenvolveGOV I

O Governo Federal adotará o DesenvolveGOV, plataforma digital que planejará e acompanhará as ações de capacitação dos servidores públicos. A ferramenta fica disponível a partir de julho e será usada no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2027 e irá beneficiar 570 mil servidores.

DesenvolveGOV II

A plataforma reúne etapas de planejamento, execução, monitoramento e revisão das ações de desenvolvimento. Ela foi criada para simplificar processos, automatizar fluxos, ampliar o uso estratégico de dados e tornar o PDP mais dinâmico, integrado e orientado por evidências. A nova ferramenta irá substituir, de maneira gradual, o Sipec

Remoção I

A Polícia Penal realizou seis editais de remoção para policiais penais. Ao todo, 256 servidores foram contemplados com vagas distribuídas em 35 unidades prisionais de oito regiões penitenciárias. A medida busca adequar o efetivo às necessidades de cada unidade e fortalecer os serviços do sistema prisional.

Remoção II

Além de reorganizar a distribuição dos servidores entre as unidades, os editais também permitem a aproximação dos policiais penais de seus familiares. Em 2026, a Polícia Penal já publicou nove editais de remoção, sendo oito destinados a policiais penais e um voltado para o cargo de técnico administrativo.



Kayo Magalhaes/Câmara dos deputados

Texto defende quadros próprios de servidores em Conselhos

Projeto proíbe pejetização em áreas essenciais

PL 3026/2026 estabelece restrições à contratação de pessoas jurídicas

Andre Souza

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 3026/2026, de autoria da deputada federal Heloísa Helena (Rede/RJ), que pretende proibir a contratação de pessoas jurídicas para o exercício de atividades-fim em empresas públicas e privadas, além de vedar essa modalidade de contratação nas áreas de saúde, segurança e fiscalização dos conselhos profissionais.

A proposta tem como principal objetivo combater a chamada "pejetização", prática em que trabalhadores são contratados como empresas para prestar serviços que, na prática, apresentam características de vínculo empregatício. Segundo o texto, a contratação de pessoas jurídicas será considerada irregular quando houver subordinação, pessoalidade, habitualidade e remuneração, requisitos previstos na legislação trabalhista para caracterização da relação de emprego.

O projeto estabelece que atividades ligadas à assistência direta à saúde, incluindo diagnósticos, tratamentos e procedimentos clínicos ou cirúrgicos, não poderão ser exercidas por meio de contratos com pessoas jurídicas. A vedação também alcança funções relacionadas à segurança, como vigilância, inspeção, controle operacional e análise de riscos.

Outra área abrangida pela proposta é a fiscalização profissional. O texto determina que conselhos de fiscalização, como os de medicina, engenharia e

advocacia, deverão manter quadros próprios de servidores ou empregados para realizar inspeções, auditorias, emissão de pareceres e autos de infração. A substituição dessas funções por contratos de prestação de serviços com empresas seria proibida.

Entre as penalidades previstas para quem descumprir a norma estão multa administrativa de R\$ 50 mil por trabalhador contratado de forma irregular, valor que poderá ser dobrado em caso de reincidência, impedimento de contratar com o poder público por até cinco anos e comunicação obrigatória ao Ministério Público do Trabalho para adoção das medidas cabíveis.

A proposta abre exceção para atividades de natureza intelectual, científica, artística ou de consultoria especializada, desde que não haja caracterização de vínculo empregatício e que o serviço prestado não corresponda à atividade-fim da entidade contratante.

Caso seja aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado, o projeto determina que contratos em desacordo com as novas regras sejam adequados ou rescindidos em até 180 dias após a publicação da lei.

Na justificativa, Heloísa Helena afirma que a medida "busca fortalecer a proteção ao trabalho formal, evitar a precarização das relações trabalhistas e garantir maior segurança jurídica em setores considerados essenciais para a população". Segundo a parlamentar, a pejetização tem sido utilizada para mascarar vínculos empregatícios